

SERRA E VITÓRIA

TRÊS DESAPROPRIAÇÕES E UM ÚNICO PROPRIETÁRIO

Dono de lote sob suspeita também vendeu área para Vitória

■ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

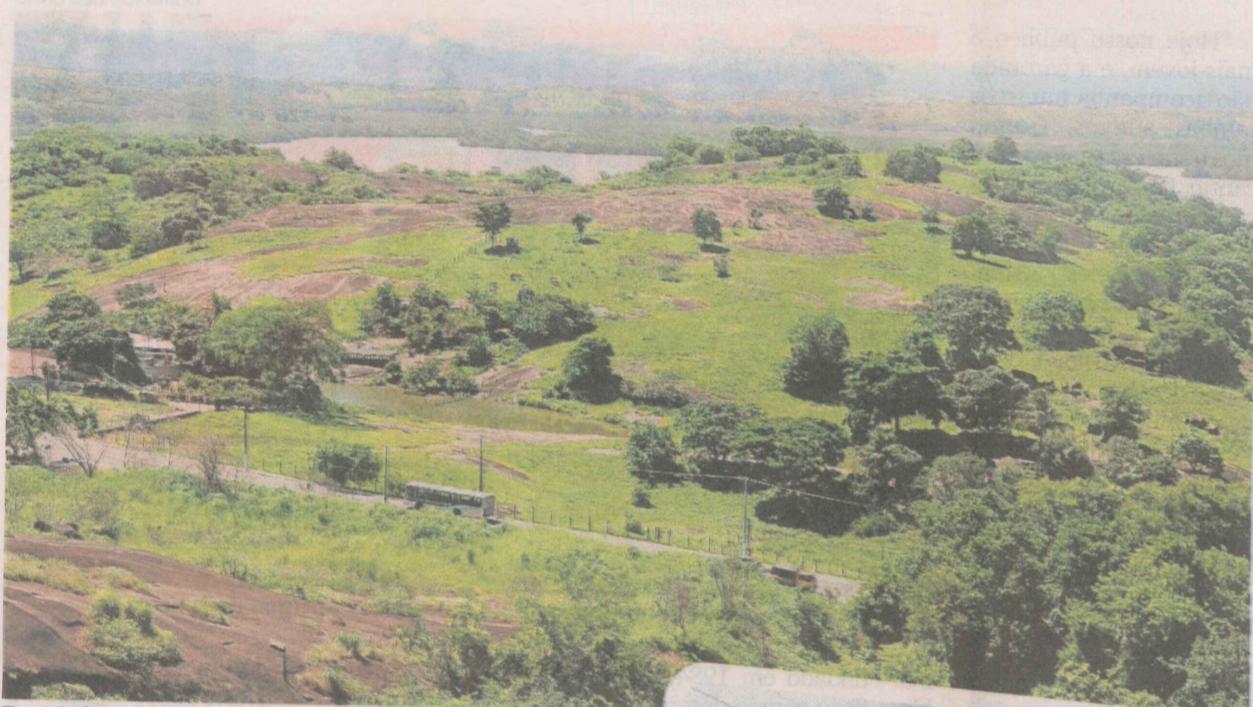
FOTOS: RICARDO MEDEIROS

Duas desapropriações realizadas em Vitória e uma outra na Serra têm em comum o mesmo proprietário: o empresário Sérgio Schirmer Almenara Ribeiro, dono e presidente da Marca Ambiental. Todas as áreas foram adquiridas pelas administrações municipais em 2009, e juntas totalizam mais de R\$ 6 milhões.

Uma delas – a da Serra – já é alvo de uma investigação do Ministério Público de Contas do Estado. A propriedade de 31 mil m² foi comprada pela empresa em 2006 por R\$ 50 mil. No mesmo ano a prefeitura avaliou o imóvel em R\$ 338 mil para a cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Três anos depois a mesma Prefeitura da Serra desapropriou a área por R\$ 1,831 milhão. A propriedade foi paga com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

A proposta é instalar no local uma escola e um complexo educacional e esportivo, mas até agora nada foi construído. Além disso, um terço da área é ocupado por torres de



Em Vitória, área será para casas populares e, na Serra (ao lado), para escola. Desde 2009 nada foi construído

TAMANHO

321

mil metros quadrados
Total de áreas da Marca Ambiental e de seu presidente, Sérgio Schirmer, desapropriadas em Vitória e na Serra

energia elétrica.

As duas áreas de Vitória estão localizadas na região da Grande São Pedro e até serem desapropriadas estavam no nome de Sérgio Schirmer Almenara Ribeiro e de Bruno Christo.

Uma delas tem 224 mil m² e foi adquirida pela prefeitura da Capital por



R\$ 2,2 milhões. O decreto de desapropriação foi publicado em 29 de janeiro de 2009 e doze dias depois a escritura já estava pronta. A propriedade será destinada à ampliação do Parque da Fonte Grande.

A outra, de quase 66 mil m², fica localizada praticamente em frente à anterior. Foi adquirida por R\$ 2,010 milhões e destinada à construção de casas populares, mas até agora nada foi erguido no local. O decreto foi publicado em janeiro de 2009 e a escritura ficou pronta em junho do mesmo ano.

CONTRATOS

O Grupo Marca – que reúne três empresas e um instituto – presta serviços para a Prefeitura da Serra, por intermédio da Marca Construtora e Serviços. O contrato é de R\$ 9 milhões por ano. Desde 2008, a empresa já recebeu R\$ 35 milhões do município.

A mesma empresa está sendo investigada pelo Ministério Público de Contas por contratos emergenciais de recolhimento de lixo feitos com a Prefeitura de Linhares. Juntos, eles superaram os R\$ 23 milhões e há indícios de que foram irregulares.

Empresa nega irregularidade e diz que terreno vale mais

■ A Marca Ambiental, por intermédio de sua assessoria de imprensa, reafirmou que a avaliação da área na Serra – em nome da empresa – foi desapropriada por um valor inferior ao que valia em 2009, e que “receberia a propriedade de volta, pagando os valores corrigidos, caso o município decida cancelar o negócio”.

Em relação às propriedades desapropriadas pela Prefeitura de Vitória, preferiu não se manifestar alegando que se trata de “uma transação entre pessoas físicas”. Em relação aos contratos fechados com a Prefeitura de Linhares que estão sendo investigados pelos Ministério Público de Contas por suspeitas de irregularidades, também

preferiu se manifestar quando as apurações forem concluídas.

PREFEITURAS

O prefeito da Serra, Sérgio Vidigal, garantiu que não houve superfaturamento na compra da área em Jardim Tropical, e que o valor pago (R\$ 1,831 milhão) foi o resultado da valorização imo-

biária que atingiu todos os bairros do município.

Já a Prefeitura de Vitória, por intermédio de nota, informou que está concluindo o registro das duas áreas desapropriadas, atrasado por conta de dificuldades nos cartórios. Quando concluírem esta etapa, vão realizar um “chamamento empresarial em busca de parceiros” para implantação de um conjunto de casas populares. O projeto também está sendo negociado a Caixa.

Justiça dá a partido acesso aos processos

■ O diretório do PSDB em Vitória conquistou na Justiça uma liminar que garante ao partido o acesso aos processos, com os respectivos laudos de avaliações, de desapropriações feitas pela Prefeitura de Vitória. Desde o início da administração de João Coser o município gastou cerca de R\$ 128 milhões comprando áreas pela cidade.

Alguns destes processos – que totalizam R\$ 40 milhões – são alvo de investigações do Ministério Público Estadual. A liminar foi conquistada a partir de uma ação popular movida pelo presidente municipal do PSDB, Luiz Emanuel Zouain da Rocha. “Precisamos saber de que forma o dinheiro público vem sendo gasto”, pontuou.